

**O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E O TEMPO PRESENTE: ALGUMAS  
DEMANDAS DA LEI 11.645/2008 PENSADAS A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS  
DE HISTÓRIA (2000-2012)**

Kerollainy Rosa Schütz <sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo perceber como a temática indígena é abordada em quatro coleções de livros didáticos produzidos em contextos diferentes. Um dos pontos de partida desta pesquisa, compreendido enquanto um marco importante para o ensino de história, é a lei 11.645 instituída no ano de 2008, pois torna obrigatório o ensino de história(s) e cultura(s) indígena(s) nas instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Desse modo, as reflexões serão suscitadas por duas coleções anteriores à lei, *História Temática* (2000) e *História e Vida Integrada* (2001), e duas coleções posteriores à sua homologação, *Vontade de Saber História* (2012) e *Jornadas.hist* (2012), buscando-se perceber, primeiro, como os livros didáticos levam seus leitores a perceber os sujeitos indígenas e, segundo, se existem rupturas e permanências nos casos analisados. A pesquisa parte de imagens e sua relação com as legendas, textos e atividades. Assim, serão refletidos especificamente alguns conteúdos dos livros que abordam (ou não) a presença indígena no tempo presente, e em que medida essa abordagem é feita, tendo como aporte teórico autores que visam a valorização e o protagonismo indígena nos processos históricos.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Lei 11.645/2008. História Indígena.

## **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas do século XX germinava uma nova linha historiográfica marcada por reformulações teórico-metodológicas. Denominada Nova História Indígena, essa vertente acompanhou um contexto de mudanças que acontecia para além da academia, manifestando-se em práticas pela luta de direitos a partir da organização de movimentos indígenas.

A ligação dessa nova vertente historiográfica com as pesquisas voltados ao ensino de história vem sendo reafirmada a partir de 2008, quando a lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de culturas e histórias africana e afro-brasileira é alterada pela 11.645/2008, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história e culturas indígenas do Brasil. Marcada pelo reconhecimento de um histórico de silenciamento em relação a esses povos, a

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atualmente faz mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), bolsista CAPES. É pesquisadora associada ao Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC). Email: hstkeroll@gmail.com.

lei ressalta a importância de estudar indígenas, africanos e afro-brasileiros entendendo suas “contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, Constituição 1988, 5 de outubro de 1988).

Com a obrigação do ensino de história e culturas indígenas a Nova História Indígena torna-se uma perspectiva importante, ou mesmo essencial, no processo de revisão e inclusão de novos conteúdos ligados ao tema. Ademais, a inclusão da história indígena nas escolas não é por si só uma solução, pois é fundamental que a formação dos professores e outros mecanismos de ensino, como o livro didático, estejam atentos a essas abordagens.

Desse modo, com o objetivo de colaborar com o ensino de história indígena e impulsionar a implementação da lei 11.645/2008, serão refletidos os usos de algumas imagens, legendas e textos a partir de exemplos pontuais encontrados em livros didáticos que remetem a anos anteriores e posteriores à lei. O objetivo não é delinear conclusões gerais. Pensa-se mais em incentivar o olhar para os livros didáticos através de uma ótica que os compreenda enquanto documentos históricos, como produtos de um determinado contexto e que podem, por exemplo, ser questionados pelo professor em sala, com a participação dos alunos. Por isso, para além da análise que será guiada pela lente da história indígena, e portanto entendendo a importância da valorização de sua agência, em alguns momentos serão indicadas possibilidades de uso dos casos analisados para além do que está impresso nas páginas dos livros.

As coleções são, por sua vez: *História Temática* (2000), *Vontade de Saber História* (2012) e *Jornadas.hist* (2012).<sup>2</sup> É importante destacar que os casos aqui analisados partem de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso,<sup>3</sup> onde várias fontes referentes a diferentes contextos foram abordados.<sup>4</sup> Aqui, serão pensados especificamente alguns casos em que os povos indígenas são retratados no tempo presente.

---

<sup>2</sup> Devido ao grande número de imagens, não foi trazer para este artigo fontes das quatro coleções de livros didáticos, somente três.

<sup>3</sup> Durante o trabalho de conclusão de curso, enquanto aluna da UDESC, fui orientada pela Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann. Atualmente no mestrado tenho orientação da profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold. <sup>4</sup> Em relação a fontes iconográficas, a pesquisa contou com uma análise total de 33 figuras que foram selecionadas após a leitura e seleção de fontes possíveis nas quatro coleções de livros didáticos. As duas coleções anteriores à lei foram encontradas no acervo de livros didáticos do Laboratório de Ensino de História (LEH) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Já as duas coleções mais recentes, posteriores a sua homologação, foram encontradas em escolas do município de Florianópolis com o auxílio e apoio de professores de história da rede pública de ensino.

## DISCUSSÕES

Apesar de terem sido construídas por editoras diferentes e em anos igualmente distintos, é possível adiantar ao leitor que, em relação ao tempo presente, os povos indígenas aparecem nos livros didáticos pesquisados frequentemente ligados a temática das terras, e em certa medida, da territorialidade. Por ser uma questão latente – não só para os povos indígenas, pois a luta por terras envolve diferentes grupos -, a relação dos povos nativos com o território extrapola as páginas dos livros. Se pensarmos nas representações dos sujeitos indígenas para além dos livros, nos raros momentos em que esses grupos são retratados na mídia, é comum que a notícia seja construída a partir dessa chave por atingir diretamente os sujeitos nãoindígenas. Seria possível pensar em uma influência da mídia nos livros didáticos? Como os povos indígenas aparecem, nesse caso? Partimos então para dois casos e uma mesma coleção, mas de séries diferentes:



Figura 1 – mapa e fotografia: demarcação de terras indígenas



Fonte: História Temática – Tempos e Culturas, 6ª série (2000)

O texto traz informações importantes, começando pela contribuição da Constituição de 1988 para contextualizar os direitos ligados a demarcação de terras, e utiliza dados do Instituto Socioambiental para fundamentar seus argumentos, citando a existência de “200 diferentes etnias no território brasileiro” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 74).<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Segundo dados da FUNAI, existem atualmente 305 povos indígenas no Brasil e 247 línguas, segundo o senso de 2010 apresentado pelo IBGE. Em relação ao número de pessoas autodeclaradas indígenas, o site aponta

Ao debater sobre a demarcação de terras, o texto aponta uma dificuldade no processo de demarcação devido a interesses de não-indígenas por serem áreas abundantes em minério e madeira, o que provoca o “interesse em explorar comercialmente essas áreas, seja para extrair madeira e minérios ou mesmo para apropriar-se das terras e comercializá-las” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 74). Com o objetivo de visualizar a localização das terras indígena no Brasil, um mapa, que ocupa boa parte da página, tem a função de localizá-las. A estrutura do mapa é bastante didática, separando por cores a situação em que encontravam-se as terras (homologadas, demarcadas, delimitadas, identificadas e a identificar). O livro aponta também a fonte da imagem, retirada do Almanaque Abril, de 1998.

A inclusão de mapas auxilia a visualização dos estudantes e pode servir de fonte para pesquisas e atividades, e por isso, é importante que todas as regiões do país estejam representadas, o que não acontece neste caso. Ao tratar de povos indígenas no Brasil, a região norte, e em certa medida a centro-oeste, são comumente lembradas, o que pode levar o aluno a não associar a existência de comunidades nas regiões sul, sudeste e nordeste. É importante que se atente para isso, pois os livros aprovados pelo PNLD podem ser utilizados por qualquer escola do país, e portanto, um mesmo livro pode estar em diferentes regiões. Sobre a presença de terras indígenas nas regiões sul, sudeste e nordeste há somente um pequeno quadro, apresentando a distribuição por região, mas pouco representativo. Pensando no caso da região sul, a pouca visibilidade das populações indígenas já tornou-se foco de pesquisas, como fez Silvio Coelho Santos (1973) ao constatar que esta é uma região pouco associada à elementos culturais indígenas, onde impera a valorização e um discurso pautado na ascendência europeia.

Esse tipo de reflexão deve ser considerada não só durante a utilização de mapas, mas de qualquer conteúdo que tenha o objetivo de perceber a presença indígena no Brasil. Em termos de demarcação de TI no sul do país, o caso Kaingang, pesquisado por Ricardo Cid Fernandes, demonstra um movimento de retomada de terra a partir da década de 1970. O relato de Fernandes demonstra o embate entre comunidades indígenas e agricultores que apropriaram-se de suas terras:

De lá para cá os processos de retomada de terras indígenas kaingang têm sido constantes. No Estado de Santa Catarina, onde até 1986 havia apenas

---

também a distribuição da população indígena a partir dos seguintes números: 74. 945 no sul, 97. 960 no sudeste, 130. 494 o centro-oeste, 208. 691 no nordeste e 305. 873 o norte. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indiosno-brasil/quem-sao> (visualizado em: 25/11/2015).



uma terra indígena kaingang (T.I. Xapecó), tal processo gerou o surgimento de quatro novas terras: Toldo Chimbanguê (1986), Toldo Pinhal (1996), Toldo Imbu (1999) e Aldeia Condá (2001). Todos estes casos têm em comum não apenas as tensões e os conflitos entre indígenas e agricultores, mas também a morosidade do processo de regularização fundiária e a fragilidade das decisões do indigenismo oficial face às pressões políticas locais (FERNANDES, 2003, p. 195).

Conflitos acontecem em todo o território brasileiro, pois o contato não foi e nem está limitado a uma única região do país, e por isso, há diversas estratégias de resistência. A iniciativa do livro é bastante positiva, pois é de extrema importância que a demarcação de terras seja debatida em sala de aula, e o livro didático deve subsidiar esse conteúdo. Porém, considerar as TIs indígenas em diferentes regiões do país é importante.

Assim o texto segue, fazendo referência ao mapa e trazendo o questionamento, “olhando o mapa, você, como tantas outras pessoas, pode-se perguntar porque menos de 300 mil indivíduos necessitam de tanta área, enquanto em regiões bem menos extensas vivem milhões de pessoas.” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 75). É preciso ter cuidado em afirmações ou perguntas como esta. Será que os grupos indígenas detêm de tanto espaço de terra assim? Para além disso, mesmo nos casos onde as terras são homologadas, o histórico de violências que resulta constantemente em mortes demonstra a falta de respeito e segurança sofrida em terras que em princípio deveriam ser suas. Um caminho mais interessante seria problematizar a falta segurança no interior das TIs e porque isso ocorre com tanta frequência, aprofundando o debate abordado rapidamente no texto sobre os interesses violentos de fazendeiros/seringueiros/grandes empresários.<sup>5</sup>

O argumento utilizado para responder a pergunta da quantidade de terras foi entender as culturas indígenas enquanto nômades, compreendendo que isso “faz com que os grupos não se fixem num único lugar, buscando sempre melhor região de caça, maior riqueza de coleta e terrenos mais férteis” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 75). É importante lembrar a existência de múltiplas formas indígena de se estabelecer nos ambientes. O livro aponta brevemente que o nomadismo é um modo de vida que vai “variando de grupo para grupo”, mas ainda assim generaliza. O nomadismo é uma forma de vida de algumas

---

<sup>5</sup> Um exemplo da luta pela homologação de terras em conjunto com a falta de segurança é o caso do da T.I Morro dos Cavalos no município de Palhoça, em Santa Catarina. A luta pela conquista da terra remonta a algum tempo, situação que é impossibilitada por colidir com interesses maiores de construção de uma avenida no local. Mais recentemente, a cacica Kerexu Yxapyry (esta cacica era representante da comunidade no momento da escrita deste pesquisa), vem relatando uma série de invasões na aldeia por pessoas não identificadas. A violência sofrida por comunidades indígenas é uma realidade constantemente ocultada.

comunidades, e de outras não, e isso depende tanto das interferências históricas (como os aldeamentos, que eram uma forma de concentrar diferentes grupos num mesmo local a partir de um sistema sedentário), das possibilidades de cada região pois obter um espaço de terra não significa dispor de todos os meios naturais necessários à sobrevivência, e da estrutura política, social e cosmológica de cada grupo. Sobre este último tópico, ressalta-se aqui a existência de escolas na comunidade, a escolha (e a oportunidade de entrada e permanência no ensino superior) de alguns estudantes que ingressam na universidade, trabalham para além dos afazeres no interior da aldeia, e mantém suas próprias relações com a vizinhança. A noção de comunidade indígena para além da visão de um grande espaço “no meio da natureza” pode colaborar para não cristalizar a percepção dos estudantes sobre modos de vida indígenas.

Por fim, outra imagem acompanha texto, uma fotografia que possui a legenda “protesto dos índios Mukuxi pela demarcação de suas terras, em Roraima, em 1995” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 75). Ainda que o livro não traga o nome da pessoa que a produziu (seria uma pessoa da comunidade, um repórter?) o estudante consegue se localizar no tempo, no espaço e ainda identifica o nome da comunidade. Esta é uma informação essencial, pois várias povos protestam pela demarcação de terras atualmente, e tem históricos de luta diferentes. Outro elemento importante são as personagens que ganham destaque na fotografia: as crianças, e atrás alguns jovens. A partir da imagem, é possível perceber a organização de comunidades/movimentos indígenas em prol da reivindicação de seus direitos. Imagens como essa, que trazem a representação de crianças indígenas, contribuem para a identificação dos estudantes em relação aos Mukuxi, nesse caso, como grupo que luta por seus direitos.

Duas páginas depois, o livro traz uma série de perguntas sobre os conteúdos abordados no livro, e dessas, duas fazem relação direta com o tema da demarcação de terras. A questão quatro pergunta “quais os problemas enfrentam os índios atualmente no que se refere aos seringalistas, garimpeiros e mineradores?” trazendo a possibilidade de expandir o debate sobre o interesse de não-indígenas sobre as terras, que pode ser inicialmente pesquisado no próprio texto, em outros meios e discutido pelo professor. E por fim, a questão seis questiona se há

“alguma relação entre a destruição das culturas indígenas e a preservação do meio ambiente” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 77). Essa última questão pode ser conectada ao texto pois, logo depois de citar as populações como nômades, faz um paralelo

entre terras indígenas e preservação do meio ambiente, afirmando que “seu modo de vida pouco agride a natureza” e por isso “preservar e demarcar as terras indígenas também significa preservar imensas áreas de florestas” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 75).

Pois bem, num primeiro momento é preciso refletir acerca do modo como a questão seis foi construída. É importante superar a noção de “destruição” das comunidades indígenas, que vem sendo questionada e combatida através da dados oficiais, ainda que de fato a relação de indígenas com não indígenas é historicamente marcada por um grande número de mortes dos povos nativos. Por isso, este é um ponto delicado. Por outro lado, nas últimas décadas pesquisas demonstram um crescimento significativo de pessoas que autodeclaram-se indígenas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 1990. Portanto, é problemático lidar com o entendimento de uma possível destruição, ainda mais atrelada ao meio ambiente, como se somente as populações indígenas dependessem de meios naturais para a sobrevivência, sendo que a preservação do meio ambiente afeta positivamente a todos, e o contrário também acontece. Por outro lado, a questão pode ser utilizada para questionar o modo como as pessoas relacionam-se com a natureza na atualidade. Se algumas comunidades apresentam índices menores de devastação ambiental, não seria o momento de não-indígenas estudarem e aprenderem ainda mais com esses grupos? Afinal de contas, preservar e conectar-se com a natureza deve ser uma preocupação de todos.

Passamos então ao segundo caso, da mesma coleção:

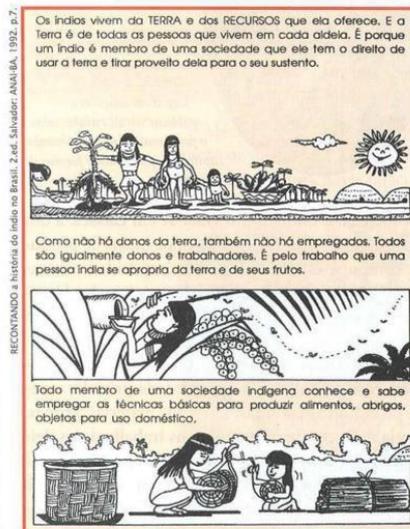
**Figura 2 – Imagem e texto *A propriedade coletiva entre povos indígenas***



No século XIX, nos países europeus ocidentais (Inglaterra, França, Alemanha, entre outros) aprofundava-se o processo de industrialização e, em consequência, a separação mais nítida entre capitalistas e operários. Os pensadores alemães **Karl Marx** (1818-1883) e **Friedrich Engels** (1820-1895), vivenciando as graves consequências sociais desse processo, que causaram miséria e exploração de milhares de pessoas, formularam uma proposta de transformação das sociedades capitalistas.

Esses pensadores expuseram suas propostas em obras como *O Manifesto Comunista* e *O capital*, nas quais propunham a abolição da propriedade privada, tornando coletivos todos os bens de uso social. Esse novo modo de vida e organização social, denominado **socialista**, deveria conduzir ao comunismo, como última etapa de organização econômico-política das sociedades.

### *A propriedade coletiva entre povos indígenas*



Outras formas de propriedade coletiva existiram e ainda existem independentemente da proposta comunista. Algumas delas são até mesmo bastante anteriores ao surgimento do capitalismo. Exemplo disso é o modo de organização de muitos povos indígenas em várias partes do mundo. Para a maioria deles não existe o conceito de propriedade privada, pelo menos no que se refere à propriedade da terra. Ela é destinada ao usufruto coletivo dos que dela dependem para viver, tendo também um valor sagrado, já que é dela que se retira tudo aquilo que é fundamental para a subsistência do grupo. Veja a ilustração ao lado.

A cartilha *Recontando a história do índio no Brasil*, escrita pela ANAI-BA (Associação Nacional de Ação Indigenista-Bahia) e ilustrada por Paulo Serra, exibe a noção de propriedade da terra e dos recursos para os povos indígenas.

CAPÍTULO 5

FORMAS COLETIVAS DE PROPRIEDADE 89

Fonte: História Temática – Terra e Propriedade, 7ª série (2000)

É possível perceber uma narrativa romantizada da relação dos grupos com a terra, não só em relação aos povos indígenas, mas como afirma o texto, esse seria o “modo de organização de muitos povos indígenas em várias partes do mundo” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2001, p. 89). Sabe-se que de fato a relação da terra para esses sujeitos pode ser bastante diferente de um concepção capitalista de propriedade privada, onde a terra é sinônimo de lucro material. Todavia, a forma como o conteúdo é direcionado pode transmitir uma concepção homogênea, como se os povos nativos, não só os que hoje encontram-se em território brasileiro mas em todo o mundo, tivessem essa relação coletiva com a terra, e ainda mais importante: como se isso fosse sempre uma possibilidade. O domínio e a extração de bens naturais para sobrevivência não é uma questão simples na atualidade. Se pensarmos no caso do Brasil, a economia baseada no capital pode impedir formas de vida como a

apresentada pelo livro, que parece ser cheia de tranquilidade, mas que na prática resulta em violentos movimentos de disputa. Por escolha ou não, essa é uma realidade que reflete nas formas de vida das populações indígenas, pois não estão a parte dos sistemas políticos e econômicos, independente do caminho que escolham seguir.

Uma segunda possibilidade seria lembrar os sujeitos indígenas que por algum motivo não vivem dessa forma (por escolha e/ou por razões históricas), e portanto não estabelecem relações coletivas com a propriedade e não mantém uma relação tão íntima com a natureza. Ao que parece, tanto pela imagem, legenda e texto, o objetivo do livro é mais demonstrar que podem existir relações coletivas com a terra, do que propor perceber quais relações, de fato, as populações indígenas mantêm com a propriedade, e onde localizam-se esses grupos. De forma geral, é importante, e por isso positivo, que o livro insira concepções de propriedade para as populações indígenas no livro, mas é preciso cuidar com as generalizações.

O terceiro exemplo é o primeiro que remete ao contexto posterior a lei, da coleção *Jornadas.hist*, trazendo uma fotografia que objetiva destacar a luta dos movimentos indígenas:

**Figura 3 - Fotografia e texto abordando as diversidades indígenas no Brasil atual**



### SOCIEDADES INDÍGENAS NO BRASIL ATUAL

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indígenas correspondem a 0,4% da população brasileira, totalizando cerca de 800 mil pessoas distribuídas pelo país.

As leis que regulam as relações do Estado brasileiro com as populações indígenas, como o Estatuto do Índio de 1973 e a Constituição de 1988, estabelecem que, para ser reconhecido como indígena, o grupo de pessoas precisa se considerar indígena ou ser assim considerado pela população que o cerca.

Os principais problemas das populações indígenas atuais se relacionam aos interesses que suas terras despertam em alguns grupos, como empresas privadas e populações rurais. Geralmente, a presença de recursos como madeira e minérios em áreas ocupadas por indígenas mobiliza a disputa por essas terras.

No ano de 2008 entrou em vigor lei federal que determina a inclusão nos currículos escolares de temas da história e da cultura dos povos indígenas e de sua participação na formação da sociedade brasileira.



Ao menos 43 etnias indígenas participam da caminhada que marcou a abertura do Fórum Social Mundial, em Belém (PA), em 20 de janeiro de 2009.

275

Fonte: Jornadas.hist, 9º ano (2012)

Ainda que o texto seja o primeiro elemento disposto na página, a fotografia chama a atenção. Ocupando metade da página, faz referência a um protesto indígena em 2009. A legenda apresenta data, o local da manifestação e aponta que “ao menos 43 etnias indígenas participam da caminhada que marcou a abertura do Fórum Social Mundial”.<sup>6</sup> O texto não propõe discutir o evento em si, mas aponta dados igualmente importantes. Logo no primeiro parágrafo o livro traz dados do censo 2010 do IBGE, apontando que as populações indígenas “correspondem a 0,4% da população brasileira”. Ainda mais emblemático é constatar que, como aponta a antropóloga Marta Maria Azevedo, os grupos indígenas no Brasil demonstram um crescimento considerável se comparado a outras populações. Esse crescimento se daria, principalmente, pela conquista de direitos a partir do final do século XX, constituindo-se enquanto alicerces para um desenvolvimento mais seguro. É importante frisar que esse movimento de crescimento inclui não só o aumento de pessoas que identificaram-se enquanto indígenas, mas em alguns casos, de grupos inteiros: Verifica-se hoje no Brasil uma outra face

<sup>6</sup> O objetivo do Fórum Social Mundial é reunir lideranças sociais de diferentes partes do mundo, tanto para troca de experiências quanto para refletir sobre possíveis alternativas para combater problemas sociais. Segundo o site da FUNAI, a previsão de participação neste evento seria de dois mil indígenas.

desse fenômeno de “valorização étnica” que são os povos formados por comunidades que recentemente passaram a se reconhecer como povos indígenas. Esses povos, já denominados de resistentes são, por exemplo, os Kaxixó de Minas Gerais, Pipipã de Pernambuco, Tumbalalá da Bahia e outros, que, portanto, não eram contabilizados como povos indígenas há 15 anos atrás, mas hoje fazem parte desse contingente, com uma população estimada de 15 mil pessoas mais ou menos (AZEVEDO, 2008, p. 21).

Os dados apresentados por Azevedo possibilitam refletir que esse crescimento é significativo, e devem ser estudados não só por sua indiscutível importância, mas por contrapor um discurso pautado no desaparecimento desses sujeitos, afinal de contas, segundo dados apresentados pelo site da FUNAI, 817.963 pessoas autodeclararam-se indígenas em 2010.<sup>7</sup>

Dando sequência, o texto aponta os embates em relação as terras indígenas que estariam fundamentados pelo interesse de não-indígenas nos recursos naturais presentes no interior das

TIs. Por fim, menciona a lei 11.645/2008 como a “lei federal que determina a inclusão nos currículos escolares de temas da história e da cultura dos povos indígenas e de sua participação na formação da sociedade brasileira” (VAZ; PANAZZO, 2012, p. 16). Pensando que a lei afeta também a produção de livros didáticos por estarem diretamente ligados ao ensino, citar a lei pode ser um caminho a ser seguido. Ainda que o livro apenas cite a lei, esta é uma possibilidade que pode ser ampliada, pois ao debater com os alunos do que se trata, uma série de discussões podem ser ampliadas, começando com perguntas simples, como: porque é necessário que exista uma lei que obrigue o ensino de história e culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras? Mesmo pertencendo a um mesmo país, a desinformação sobre a diversidade étnica no Brasil pode ser grande, em detrimento dos conhecimentos voltados a outros países ou continentes. Refletir acerca de questões como essa pode incentivá-los a conhecer ainda mais o contexto passado e atual do Brasil.

---

<sup>7</sup> Em Santa Catarina o crescimento populacional dos grupos indígenas é semelhante ao da maioria dos estados, expandindo a cada censo. Segundo a última pesquisa apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena em Santa Catarina corresponde a 16.041 pessoas, contando com a presença de três etnias identificadas como Guarani, Kaingang e Laklãnô/Xokleng, que encontram-se em Terras Indígenas (TIs) e nos centros urbanos, como é o exemplo do centro de Florianópolis onde a população convive diariamente com homens e mulheres indígenas principalmente através de relações de comércio.

Por fim, também após a homologação da lei, a coleção *Vontade de Saber História* também apresentou uma tendência a pensar os povos indígenas na atualidade pela chave da luta, dos movimentos indígenas. Um dos poucos casos presentes no livro é justamente uma imagem da promulgação da constituição de 1988:

**Figura 4 - Promulgação da Constituição de 1988**



Fonte: *Vontade de Saber História*, 9º ano (2012)

A imagem compõe um conjunto de quatro fotografias, que apresentam igualmente outros episódios atuais, como o momento de derrubada da estátua de Lênin, em 1990, um registro de uma fertilização *in vitro*, como referência à primeira criança nascida desta técnica em 1978 e também uma fotografia que representa moradores de rua em Paris, sem data de produção.

Em relação à fotografia que busca discutir a presença indígena na Constituição de 1988, é possível perceber que ela ocupa em comprimento praticamente metade da página, é colorida e em boa resolução, o que facilita sua visualização e análise. A legenda apresenta a seguinte descrição: “Indígenas do Brasil participam da cerimônia de promulgação da Constituição de 1988. Nessa constituição, os indígenas conquistaram o direito de posse sobre as terras que eles tradicionalmente ocupavam” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2012, p. 210).

Das quatro questões, a segunda volta-se para a imagem das populações indígenas questionando “que aspecto da promulgação da Constituição de 1988 pode ser destacado na fonte B? Qual foi a importância dessa constituição para os indígenas brasileiros? Em sua opinião, os direitos dos povos indígenas tem sido respeitados?” (PELLEGRINI; DIAS;

GRINBERG, 2012, p. 211). A partir da legenda, os alunos são levados a discutir sobre a demarcação de terras e sua indispensável importância para os povos indígenas. No último questionamento, como o livro não traz nenhum texto que aborde o cenário atual em relação às leis conquistadas seria possível efetuar pesquisas para discussões em sala de aula, mas não há nenhuma atividade proposta pelo livro além desta.

Ainda que exista uma questão com o objetivo de problematizar e refletir acerca das conquistas dos grupos indígenas na Constituição de 1988, o tema é explorado de forma geral a partir de uma pergunta específica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal fio condutor desta pesquisa foi analisar os possíveis reflexos da lei 11.645/2008 em algumas coleções de livros didáticos de História. Para isso, foi necessário analisar coleções tanto anteriores quanto posteriores à homologação desta conveniente e necessária lei. Devido à quantidade de conteúdos que os livros didáticos apresentam, o foco no acervo iconográfico possibilitou análises mais pontuais, e assim, alguns temas puderam ser melhor explorados.

Pensando em todas as coleções de uma forma geral, percebeu-se três características principais que devem ser discutidas em relação a rupturas e permanências. Primeiramente, percebeu-se que em todas as coleções, independente do ano de produção, as discussões em torno do período colonial mantiveram perspectivas bastante similares. As análises em torno das missões jesuíticas possibilitam perceber de, uma forma geral, poucas rupturas na forma como a temática é abordada. As trocas culturais, a participação e a resistência indígena na construção do mundo colonial quase não aparecem.

Em segundo lugar, ainda discutindo as semelhanças, é possível perceber a ausência desses sujeitos em qualquer período que esteja entre o Brasil colonial e a contemporaneidade, como se as culturas indígenas estivessem desaparecido em todos os outros períodos históricos.

Por último, em relação às transformações positivas, foi possível constatar uma ampliação significativa das reflexões sobre temas atuais nos dois livros produzidos em 2012, principalmente no que diz respeito à Constituição de 1988 e os movimentos indígenas. Nesse sentido, a última coleção analisada, *Jornadas.hist*, demonstrou inclusões ainda mais significativas, pontuando sempre as ações dos movimentos indígenas articulando com aptidão

uma diversidade de iconografias, conectando-as com legendas, textos e atividades. Além disso, inserções como essa contemplam as disposições indicadas pelo PNLD em relação a necessidade de incluir a participação das populações indígenas na contemporaneidade “considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil” (PNLD, 2014).

Assim, questões voltadas ao tempo presente parecem ter sido uma estratégia de inserir os povos indígenas, principalmente no que e refere a luta por direitos. Enquanto historiadora, porém, é sempre importante lembrar a possibilidade de estudar os diferentes povos indígenas para além de sua relação com o “outro”, pensando em questões internas aos grupos, sejam elas estudadas pela chave da cosmologia, das narrativas ou das estruturas sociais, por exemplo. Os estudos pós-coloniais e decoloniais ganham cada vez mais espaço e são uma alternativa para as salas de aula. Por que não pensarmos os povos indígenas a partir de suas próprias epistemologias? Apesar de termos, indígenas e não-indígenas, um longo caminho para trilhar, trata-se de uma caminhada rica em descobertas e aprendizados pautados nos saberes indígenas. Que esses conhecimentos entrem nas escolas, nas universidades, em nossas vidas como um todo.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta Maria. **Diagnóstico da população indígena no Brasil**. In: Revista Ciência e Cultura. Vol. 60 nº 4. São Paulo, out.2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana na educação básica**. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais/Temas Transversais**. 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Lei 11.645/2008**, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível online em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) (Acesso em: 29/08/2015)



BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. IN: NOTZOLD, Ana Lúcia et. al. (Org). Etnohistória, história Indígena e educação: Contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Baurú: EDUSC, 2004.

CID FERNANDES, Ricardo. Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina. In **Campos: Revista de Antropologia Social / PPGAS**, UFPR, n. 04, ano 2003, pp. 195-202.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

MAUAD, Ana Maria. **As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história**. In: O livro didática de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). Natal: EDUFRN, 2007.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: Tempos e Culturas**, 5ª série. Editora Scipione. São Paulo, 2000.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos**, 6ª série. Editora Scipione. São Paulo, 2000.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: Terra e Propriedade**, 7ª série. Editora Scipione. São Paulo, 2000.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: O Mundo dos Cidadãos**, 8ª série. Editora Scipione. São Paulo, 2000.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Movimento Indígena Brasileiro na Década de 1970**. Congresso Internacional de História. Brasil, 2009.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História**, 6º ano. Editora FTD, São Paulo, 2012.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História**, 7º ano. Editora FTD, São Paulo, 2012.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História**, 8º ano. Editora FTD, São Paulo, 2012.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História**, 9º ano. Editora FTD, São Paulo, 2012.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada**, 5ª série. Editora Ática, São Paulo, 2001.

SCHÜTZ, Kerollainy Rosa. **O lugar das populações indígenas nos livros didáticos de história: uma análise a partir da lei 11.645/2008 (2000-2012)**. Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de História. Florianópolis, 2015.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist**, 6º ano. Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist**, 7º ano. Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist**, 8º ano. Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist**, 9º ano. Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí / SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

\_\_\_\_\_ ; CARVALHO, Carol de Lima; DEBORTOLI, Gabrielli; SCHÜTZ, Kerollainy Rosa. **Políticas de reparação social no Brasil: o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Actas de las Cuartas Jornadas del GEALA. Editora Centro Cultural de La Cooperación Floreal Gorini. Florianópolis, 2015.